

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do Banco Votorantim S.A. (Banco) relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

1. Ambiente Econômico e Setor Bancário

O 2º semestre de 2015 foi marcado pela trajetória de enfraquecimento da atividade econômica observada na primeira metade do ano, além da divergência nos desempenhos econômicos dos países desenvolvidos e economias emergentes. De um lado, a retomada do PIB norte-americano contribuiu para o fortalecimento do dólar em relação às demais moedas. De outro, a China manteve a trajetória de desaceleração, sustentando a pressão sobre os preços de commodities.

No Brasil houve avanços no ajuste fiscal, contudo, este foi limitado pela redução da arrecadação tributária, resultado do enfraquecimento da atividade econômica. Os ativos financeiros locais reagiram com o Real acumulando mais 25,9% de desvalorização no segundo semestre, terminando o ano em R\$ 3,90 em relação ao dólar americano. Houve implicações positivas sobre o setor externo da economia, favorecido pela queda das importações, mais negativas sobre a trajetória da inflação. Por um lado, presenciou-se uma aceleração do ajuste do balanço de pagamentos, tendo a balança comercial registrado superávit de US\$ 19,7 bilhões no ano, ao passo que as reservas internacionais permaneceram praticamente estáveis, em US\$ 369 bilhões. Por outro lado, a inflação fechou o ano em dois dígitos (10,7%), o que levou o Banco Central a reforçar o aperto monetário, colocando a Selic em 14,25% para combater efeitos secundários do realinhamento de preços locais em relação aos internacionais e dos preços administrados.

A retração da economia brasileira se refletiu no mercado de crédito. As quedas da produção industrial e das vendas no varejo reduziram a demanda ao elevarem o desemprego e impossibilitarem a renda agregada de repor a inflação planejada. O estoque total de crédito no sistema financeiro aumentou 6,6% nos últimos 12 meses, o que representa uma desaceleração relevante quando comparada ao ritmo de crescimento observado em meados de 2015. O crédito consignado avançou mais do que a média e fechou 2015 com expansão no estoque de 8,5% em relação a Dezembro 14, reflexo do ajuste que as famílias fizeram em suas finanças. Já o crédito para aquisição de veículos, acompanhando o menor ritmo das vendas, caiu 12,7% no ano. Ainda assim, a inadimplência teve uma evolução bastante moderada, oscilando de 3,7% em Dezembro 14 para 4,2% em Dezembro 15 no segmento de Pessoas Físicas, e de 3,9% para 4,1% no Financiamento de Veículos no mesmo período.

As incertezas do cenário macroeconômico, a moderação na demanda de crédito por parte dos consumidores, a postura conservadora nas concessões por parte dos bancos e as taxas de juros em alto são fatores que devem manter a tendência de desaceleração econômica em 2016. Porém, no curto prazo, devem ser criadas as condições necessárias para a viabilização de reformas que recuperem a dinâmica da economia do país.

2. Principais Informações - Posição consolidada

	2014	2015	Variação
RESULTADOS (R\$ MILHÕES)			
Margem financeira bruta (a)	5.617	4.617	-17,8%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PDD (b)	(2.852)	(3.061)	7,3%
Resultado bruto da intermediação financeira (a - b)	2.765	1.556	-43,7%
Receita de prestação de serviços ¹	975	961	-1,4%
Despesas administrativas e de pessoal	(2.430)	(2.339)	-3,7%
Resultado operacional	441	(244)	-155,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	145	936	-
Lucro líquido (Prejuízo)	502	482	-4,1%
INDICADORES GERENCIAIS (%)			
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio ² (ROAE)	6,7	6,2	-0,5 ponto percentual
Retorno sobre Ativo Total Médio ³ (ROAA)	0,5	0,5	0,0 ponto percentual
Índice de Basileia	15,0	15,2	0,2 ponto percentual

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ MILHÕES)

	2014	2015	Variação
Total de ativos	98.682	110.221	11,7%
Carteira de crédito classificada	53.473	50.984	-4,7%
Segmento Atacado	17.509	17.377	-0,7%
Segmento Varejo	35.964	33.606	-6,6%
Garantias prestadas	9.927	9.468	-4,6%
Recursos captados	72.267	77.953	7,9%
Patrimônio Líquido	7.554	7.617	0,8%
Patrimônio de Referência	11.276	10.724	-4,9%

INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA CLASSIFICADA (%)

Operações Vencidas há +90 dias/Carteira de Crédito Classificada	5,8	5,7	-0,1 ponto percentual
Saldo de Provisão/Operações Vencidas há +90 dias - Índice Cobertura	130	142	12,2 pontos percentuais
Saldo de Provisão/Carteira de Crédito Classificada	7,5	8,1	0,6 ponto percentual

OUTRAS INFORMAÇÕES

Recursos geridos ⁴ (R\$ Milhões)	40.551	47.418	16,9%
---	--------	--------	-------

- Inclui rendas de Tarifas Bancárias;
- Quociente entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio do período.
- Quociente entre o lucro líquido do período e os ativos totais médios do período.
- Inclui fundos *onshore* (critério ANBIMA) e recursos de clientes private (renda fixa, renda variável e funds *offshore*).

3. Desempenho dos Negócios

As operações do Banco são conduzidas por meio de um conjunto de empresas controladas que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Entre essas empresas controladas estão a BV Financeira, BV Leasing, Votorantim Asset Management (VAM) e Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Tendo como acionistas o Grupo Votorantim e o Banco do Brasil, o Banco Votorantim é um dos maiores bancos privados brasileiros em ativos totais e também em carteira de crédito, e possui um portfólio diversificado de negócios de banco de atacado, financiamento ao consumo e gestão de patrimônio.

Os resultados de 2015 confirmam a consistência dos resultados do Banco Votorantim. Os principais destaques do exercício foram:

- Lucro líquido de R\$ 482 milhões**, equivalente a retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 6,2%, e consistente com o resultado de R\$ 502 milhões em 2014.
- Manutenção do conservadorismo no crédito**: O saldo da carteira de crédito ampliada recuou 4,6% nos últimos 12 meses, redução decorrente da manutenção do foco na rentabilidade e qualidade dos ativos.
- Inadimplência sob controle**: Mesmo diante de um cenário macroeconômico desafiador, a inadimplência acima de 90 dias da carteira classificada encerrou Dezembro 15 em 5,7%, 0,1 ponto percentual menor em relação a Dezembro 14.
- Fortalecimento adicional do balanço**: A despeito da inadimplência estar sob controle, diante das incertezas da economia, o Banco optou por realizar provisões prudenciais para fortalecer ainda mais a qualidade do balanço. Grande parte dessas provisões prudenciais foram para créditos de liquidação duvidosa, o que resultou na elevação do índice de cobertura para 142% ao final de Dezembro 15, ante 130% em Dezembro 14.
- Gestão efetiva dos custos**: As despesas administrativas e de pessoal recuaram 3,7% no comparativo 2015/2014, apesar da inflação do período (i.e. IPCA de 10,7% nos últimos 12 meses). Vale destacar a redução de 27,7% nas despesas com demandas trabalhistas no comparativo anual.

Esses resultados refletiram os avanços obtidos em todos os negócios do Banco.

Posicionado entre os líderes de mercado no crédito a grandes empresas, o CIB vem buscando ampliar sua relevância por meio do fortalecimento da sua plataforma de produtos e serviços de alto valor agregado - produtos estruturados, derivativos (hedge), câmbio, operações de banco de investimento e

distribuição local e internacional (Nova Iorque e Londres). Importante ressaltar que no final de 2013 o Banco revisou sua estratégia de atuação no segmento de médias empresas, reduzindo gradualmente sua exposição a empresas com faturamento anual inferior a R\$ 200 milhões. A carteira de crédito ampliada (incluindo avião, fianças e TVM privado) do CIB encerrou Dezembro 15 com saldo de R\$ 31,9 bilhões, incluindo de 2,5% em relação a Dezembro 14.

A Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), por sua vez, manteve o foco em ser um dos melhores estruturadores e gestores de produtos de alto valor agregado. A VWM&S ocupava a 9ª posição no *ranking* de gestores da Anbima, encerrando Dezembro 15 com saldo de R\$ 47,4 bilhões em recursos geridos, crescimento de 16,9% em relação a Dezembro 14 (R\$ 40,6 bilhões).

No Varejo (financiamento ao consumo), o Banco manteve o foco em assegurar a qualidade e rentabilidade das novas safras, encerrando Dezembro 15 com carteira classificada de R\$ 33,6 bilhões (R\$ 36,0 bilhões em Dezembro 14).

No negócio de financiamento de veículos, o Banco ampliou o foco em veículos leves usados - segmento no qual possui histórico de liderança e reconhecida competência - e originou R\$ 12,4 bilhões em 2015, volume 13% menor em relação a 2014. A despeito do cenário macroeconômico mais desafiador, o Banco tem originado financiamentos com escala e qualidade, resultado do contínuo aprimoramento das políticas, processos e modelos de crédito.

No negócio de empréstimos consignados, o Banco continuou a privilegiar o refinanciamento de empréstimos consignados para aposentados e pensionistas, que apresentam melhor perfil de risco, além de atuar seletivamente em convênios privados e públicos.

O Resultado Operacional totalizou R\$-244 milhões em 2015 ante R\$ 441 milhões em 2014. A redução é decorrente, principalmente, da constituição de provisões prudenciais adotadas, no 2º semestre de 2015, para fortalecimento do balanço.

Vale ressaltar que em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL de bancos e instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de Dezembro mbro de 2018. O impacto no resultado advindo da reavaliação do saldo do crédito tributário de contribuição social, em função da elevação da alíquota, foi positivo em R\$ 425 milhões no período.

Adicionalmente, o Banco manteve o conservadorismo na gestão de *funding*, liquidez e capital, fortalecendo a qualidade do seu risco de crédito.

Em 2015 o Banco manteve postura conservadora com relação à concessão de crédito. Nesse contexto de menor demanda por *funding*, o Banco atuou na melhoria do perfil dos recursos captados junto ao mercado. Nos últimos dois anos, o Banco ampliou a participação de instrumentos mais estáveis de captação, como Letras (LF, LCI e LCA) e operações de cessão de créditos com obrigação, que representam 42% (R\$ 32,9 bilhões) do total de recursos captados em Dezembro 15, ante 44% em Dezembro 14.

Em relação ao capital, o índice de Basileia total encerrou Dezembro 15 em 15,2%, e o índice de Capital Nível I (que para o Banco equivale ao Capital Principal) encerrou Dezembro 15 em 9,5%. O aumento de 0,2 p.p. no ano é reflexo, principalmente, da redução do ativo de risco de crédito da carteira de crédito, das fianças judiciais e dos derivativos.

Nos próximos trimestres, o Banco continuará avançando na implantação da Agenda de Crescimento dos Resultados, que possui três pilares principais: (i) rentabilização dos negócios atuais e novos, (ii) aumento da eficiência operacional e (iii) aprofundamento das sinergias com o Banco do Brasil.

O Banco Votorantim, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Bacen, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 7,1 bilhões, representando 23,3% do total de títulos e valores mobiliários."

Para informações adicionais sobre o desempenho econômico-financeiro consolidado do Banco, acesse o "Relatório Gerencial de Resultados 4T15" no *site* de Relações com Investidores (www.bancovotorantim.com.br/ri).

4. Agências de Rating

Em Novembro 15, a agência de classificação Moody's baixou os ratings de depósito de longo prazo na escala global e de dívida sênior do Banco de Baa3 para Ba1, e seu rating de depósito de longo prazo na escala nacional brasileira de Aa1.br para Aa2.br.

Em função da revisão dos ratings soberanos de longo prazo do Brasil, em Dezembro 15 a Fitch Rating revisou o rating do Banco Votorantim de longo prazo em escala global de "BB+" para "BB", com perspectiva negativa, e de curto prazo de "F-3" para "B".

Em Fevereiro 16 a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) baixou o rating soberano do Brasil de "BB+" para "BB". Esta revisão teve reflexos nos ratings de diversas instituições financeiras, inclusive do Banco Votorantim: o rating de longo prazo de escala global foi revisado para "BB", enquanto o rating de longo prazo de escala nacional foi revisado de "brAA" para "brAA-".

	Agências de Rating	Escala Global	Escala Nacional
Fitch Ratings	Longo Prazo	BB	AA+(bra)
	Curto Prazo	F1+(bra)	F1+(bra)
Moody's	Longo Prazo	Ba1	Aa2.br
	Curto Prazo	NP	BR-1
Standard & Poor's	Longo Prazo	BB	brAA-
	Curto Prazo	B	brA-1

Nota: escala global refere-se à moeda local estrangeira

Prêmios e Reconhecimentos

Seguem os principais prêmios e reconhecimentos recebidos pelo Banco e suas controladas em 2015:

- "Top Gestão Star Ranking" (Standard & Poor's/Revista Valor Investe)**: em Junho 15, em reconhecimento à sua excelência e consistência no desempenho, a VAM recebeu o prêmio Top Gestão 2015 - Alocação Mista Flexível, entregue aos melhores gestores da indústria brasileira de fundos de investimento com base em análise da Standard & Poor's. Além disso, na mesma premiação, 11 fundos de investimentos foram destacados com, no mínimo, quatro estrelas.
- "Top 5 do Banco Central"**: O Banco Central reconhece as cinco instituições com maior grau de acerto em suas projeções de curto, médio e longo prazo. Em Junho 15, o Banco Votorantim foi classificado em três categorias diferentes: Taxa de Câmbio, Taxa Selic e IGP-M. O ranking visa destacar as instituições que têm sido mais consistentes na assertividade das previsões, de maneira a incentivar ainda mais o investimento nas atividades de pesquisa macroeconômica.
- "PrêmioABT" (IBMR)**: Em Novembro 15, a reestruturação interna realizada na gestão de atendimento e no relacionamento com os Órgãos de Defesa do Consumidor, promovida pela Ouvidoria, foi considerada o "Case do Ano" no PrêmioABT, ficando a frente de outros 200 inscritos. O prêmio é o maior projeto de Relacionamento com o Cliente do Brasil, e o objetivo é identificar, reconhecer e disseminar as melhores práticas consolidadas por profissionais e empresas que buscam a excelência no relacionamento com o cliente.

6. Governança Corporativa

O atual modelo de governança corporativa está em contínuo aperfeiçoamento para alcançar mais robustez e transparência, assegurando agilidade nos processos decisórios - forte característica do Banco.

A governança do Banco é compartilhada entre os acionistas Grupo Votorantim e o Banco do Brasil, com participação paritária de ambos no Conselho de Administração (CA) e seus Comitês de Assessoramento (Finanças e Produtos e Marketing), além dos três órgãos estatutários a seguir:

- Conselho Fiscal, órgão independente que tem a função de fiscalizar os atos de gestão administrativa;
- Comitê de Auditoria, órgão que tem entre suas atribuições avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente, além de revisar e se manifestar quanto à qualidade das demonstrações contábeis; e
- Comitê de Remuneração e Recursos Humanos, órgão que acompanha questões relacionadas à Política de Remuneração de Administradores e práticas de RH.

Além disso, a gestão administrativa do Banco é conduzida pela Diretoria e seus respectivos órgãos internos: Comitê Executivo, demais Comitês e Comissões Operacionais subordinados, sempre envolvendo as lideranças executivas do Banco.

7. Gestão de Pessoas

A área de Recursos Humanos (RH) atua como parceira estratégica no desenvolvimento de ações que suportam o crescimento do negócio, além de proporcionar o desdobramento das diretrizes institucionais a todos os colaboradores, promovendo ações voltadas à gestão do capital humano e à manutenção dos valores e cultura organizacional.

Nossos pilares de Sustentação são:

- Ambiente**, que para nós é representado por um local com valores alinhados ao propósito desenhado para a organização.
- Vínculo**, que reflete a conexão dos colaboradores com a organização.
- Excelência**, suporte com as melhores ferramentas, práticas modernas e inovadoras de Recursos Humanos.

Ao final de Dezembro 15, o quadro de colaboradores somava 4.285, sendo 51,2% homens e 48,8% mulheres.

Em 2015, trabalhamos no processo de Disseminação da nossa Cultura Organizacional, que tem quatro atributos, sendo eles: Clientes, Protagonismo, Resultados e Governança.

Atrair profissionais com diferenciais competitivos alinhados aos valores e cultura organizacional é um dos nossos princípios. Investimos na contratação de profissionais talentosos como base para a formação de nosso quadro de colaboradores.

Em 2015 tivemos mais de 38.000 participações em treinamento e 80.000 horas dedicadas ao desenvolvimento dos nossos colaboradores. Ampliamos nossa atuação em treinamentos presenciais e os maiores destaques estão na grande concentração de treinamentos técnicos, bem como no desenvolvimento no tema de Cultura Organizacional.

Gerir o desempenho e realizar a gestão de nossos talentos é fundamental para o alcance de nossos objetivos. Nosso modelo de Gestão de Performance apoia a execução da estratégia organizacional por meio da definição de metas e avaliação de competências corporativas de forma colegiada entre as lideranças. Em nosso modelo valorizamos a prática do *feedback* e *feedforward* para apoiar o desenvolvimento dos nossos profissionais.

Estimulamos que nossos colaboradores sejam protagonistas na Gestão de suas Carreiras. Por meio da gestão de talentos, identificamos potencialidades, incentivamos o desenvolvimento profissional e a mobilidade interna.

Em 2015, tivemos ações que envolveram toda a organização por meio de Plano de Ação Institucional, e ações específicas para cada Diretoria que foram acompanhadas ao longo do ano pelos executivos do Banco.

Nossas práticas de Remuneração estão embasadas em um modelo meritocrático, reconhecendo e diferenciando a performance individual e seu impacto no resultado coletivo. O modelo tem como finalidade alinhar os interesses dos acionistas e dos profissionais, estimulando a busca de resultados sustentáveis.

8. Sustentabilidade

O Banco Votorantim tem o compromisso de estabelecer relações éticas, transparentes e perenes em todas as suas áreas de atuação, considerando aspectos econômicos, sociais, ambientais e humanos em seus processos.

Para o Banco Votorantim, 'Sustentabilidade' é a construção do relacionamento de longo prazo por meio de ações que visem o bem-estar econômico da sociedade e a gestão ampliada de riscos e oportunidades. É com esses três pilares, que guiam os direcionamentos e permeiam todas as áreas e negócios da organização, que o Banco Votorantim acredita ser possível transformar a sociedade.

Alinhado a estes conceitos, os principais focos de atuação da Instituição relacionados ao tema são: Educação Financeira, Impacto das Atividades, Sustentabilidade nos Negócios e Responsabilidade Social.

Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PSRSA)

No final de 2014 o Banco Votorantim aprovou sua Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Social. Esta política orienta o comportamento das empresas do Consolidação Econômico Financeiro Votorantim, considerando suas necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Em 2015 foi colocada em prática o plano de ação para a implementação da política, observando-se os princípios da proporcionalidade, relevância e eficiência.

O plano contempla ações necessárias para a adequação da estrutura organizacional e operacional da instituição bem como as rotinas e os procedimentos a serem executados em conformidade com as diretrizes da política, segundo cronograma especificado pela instituição.

Esse plano é um processo de melhoria contínua, com levantamento periódico da necessidade de inclusão de novas ações e acompanhamento periódico do andamento pelo Comitê de Sustentabilidade e Conselho de Administração.

9. Painel de Especialistas

Com a proposta de mapear expectativas das partes interessadas sobre a atuação do Banco Votorantim foi realizado, em novembro, o segundo painel de especialistas de 2015.

O evento reuniu convidados externos, representando diversas partes interessadas para discutir com Executivos do Banco como mudanças tecnológicas, regulatórias e socioambientais estão afetando as dinâmicas sociais e quais os riscos e oportunidades para instituições financeiras.

Educação Financeira

Em sua Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, o Banco Votorantim se compromete a promover a educação financeira no relacionamento com suas partes interessadas. Em consonância com essa política, algumas ações foram realizadas no segundo semestre.

Programa de formação de multiplicadores - Em junho foi promovida a capacitação de um grupo de 40 gerentes de relacionamento para ler o tema "Orçamento Familiar" a seus clientes. Como desdobramento dessa ação, no período de julho a dezembro os gerentes realizaram 17 palestras em 16 empresas clientes do consignado, o que representou 15 horas de palestras para 1.075 participantes no total.

Encontros de educação financeira - Em agosto o Banco promoveu "Encontros de Educação Financeira" com o objetivo de discutir temas de grande relevância para quem busca uma vida financeira mais saudável e quer fazer escolhas bem informadas. Foram realizadas 16 palestras com convidados externos e especialistas internos e contou com a participação de mais de 600 colaboradores.

Responsabilidade Social

Em 2015, as empresas do Consolidação Financeiro Banco Votorantim apoiaram 35 projetos sociais em diversas áreas de atuação.

Na área cultural, os recursos incentivados são destinados para projetos que contemplam a difusão cultural, a formação de públicos e a extensão do impacto social do projeto.

Na área social, são destinados recursos para Fundos Municipais da Criança e do Adolescente, em municípios que apresentam elevados índices de vulnerabilidade social, para projetos que atendam a demandas na área da infância e adolescência alinhadas às diretrizes do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda na área social, também são aportados recursos para entidades que promovem a melhoria da qualidade de vida de idosos, através dos Fundos Municipais do Direito do Idoso.

Na área de esportes, são destinados recursos incentivados para projetos que oferecem atividades esportivas e educacionais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em municípios onde atuamos.

Na área da Saúde, apoiamos projetos que buscam ampliar o atendimento para prevenção e o combate ao câncer e prevenção e a reabilitação da pessoa com deficiência.

Voluntariado

O Banco Votorantim lançou um piloto do seu programa de voluntariado no segundo semestre de 2015 na cidade de São Paulo. Com o objetivo de testar a receptividade dos colaboradores e gestores em participar de atividades voluntárias propostas pelo Banco, dentro e fora do horário de trabalho, foram realizadas ações em duas entidades: hospital de câncer infantil GRAAC e Projeto Viver. Participaram 50 colaboradores em 20 horas de atividades no total.

Riscos Socioambientais

O processo de avaliação de riscos socioambientais tem a finalidade de dar subsídios para a melhor decisão de crédito. Em 2015 a área de Riscos Socioambientais realizou uma série de atividades, entre elas:

- Aperfeiçoamento da Matriz de Relevância Socioambiental e indicadores de Risco Socioambiental;
- Aperfeiçoamento do processo de análise socioambiental de clientes do Atacado, sistema C/CLG - Concessão de Limite e Gestão de Limite: não permite a implantação de limites de prospecção e/ou renovação se não houver a análise de risco socioambiental do cliente proponente do limite;
- Implantação de diretrizes básicas para a avaliação do risco socioambiental referente à homologação de fornecedores;
- Implementação do processo de análise socioambiental sobre imóveis oferecidos em garantia nas operações do atacado;
- Implementação do processo de análise socioambiental para operações de Project Finance;
- Inclusão da área de Risco Socioambiental no fluxo de avaliação do impacto socioambiental de novos produtos e serviços.

9. Agradecimentos

A Administração do Banco Votorantim agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Banco		Consolidado			Banco		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE									
Disponibilidades	48.432.299	54.641.429	61.654.408	48.071.862	(Nota 16a)	75.809.492	69.803.107	70.841.194	56.286.778
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	118.916	67.879	179.915	190.243		3.059.208	2.653.805	2.627.146	2.729.978
Aplicações no mercado aberto	27.215.721	7.278.436	16.892.435	7.337.486		87.200	129.630	81.331	49.239
Aplicações em depósitos interfinanceiros	14.851.895	5.818.010	14.851.895	5.818.010		1.199.208	573.348	778.942	185.117
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	12.363.826	1.460.426	2.040.540	1.519.476	(Nota 16c)	1.772.800	1.950.827	1.766.873	1.945.622
Carteira própria	11.097.346	37.900.853	15.691.286	12.010.264		37.389.486	25.825.776	32.050.247	25.825.776
Carteira vinculada a compromissos de recompra	4.318.172	15.309.339	10.078.538	6.765.969	</				

continuação NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2015				31.12.2014			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente
Banco									
AA	0,0%	4.173.862	—	—	—	4.102.748	—	—	—
A	0,5%	5.574.871	(27.875)	(838)	(28.713)	5.190.995	(25.955)	—	(25.955)
B	1,0%	2.577.055	(25.770)	(7.969)	(33.739)	3.730.495	(37.305)	—	(37.305)
C	3,0%	1.750.317	(52.510)	(37.128)	(89.638)	1.436.277	(43.088)	—	(43.088)
D	10,0%	1.005.807	(100.580)	(32.970)	(133.550)	606.166	(60.617)	—	(60.617)
E	30,0%	183.518	(55.055)	(9.814)	(64.869)	236.474	(70.942)	—	(70.942)
F	50,0%	123.169	(61.585)	(6.302)	(67.887)	81.922	(40.961)	—	(40.961)
G	70,0%	618.890	(433.222)	(128.724)	(561.946)	1.061.371	(742.961)	(120.144)	(863.105)
H	100,0%	1.027.962	(1.027.962)	—	(1.027.962)	684.142	(684.142)	—	(684.142)
Total		17.035.451	(1.784.559)	(223.745)	(2.008.304)	17.130.590	(1.705.971)	(120.144)	(1.826.115)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽¹⁾		177.665				159.127			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado		17.213.116				17.289.717			
Consolidado									
AA	0,0%	4.181.166	—	—	—	4.835.933	—	—	—
A	0,5%	24.878.818	(124.395)	(838)	(125.233)	26.444.258	(132.221)	—	(132.221)
B	1,0%	8.029.925	(80.298)	(7.969)	(88.267)	9.621.871	(96.219)	—	(96.219)
C	3,0%	8.393.910	(251.817)	(37.128)	(288.945)	7.122.168	(213.665)	—	(213.665)
D	10,0%	1.505.541	(150.553)	(32.970)	(183.523)	1.147.100	(114.710)	—	(114.710)
E	30,0%	606.496	(181.949)	(9.814)	(191.763)	726.353	(217.906)	—	(217.906)
F	50,0%	434.228	(217.115)	(6.302)	(223.417)	391.769	(195.885)	—	(195.885)
G	70,0%	918.587	(643.011)	(128.724)	(771.735)	1.337.237	(936.065)	(120.144)	(1.056.209)
H	100,0%	2.279.252	(2.279.252)	—	(2.279.252)	2.006.728	(2.006.728)	—	(2.006.728)
Total		51.227.923	(3.928.390)	(223.745)	(4.152.135)	53.633.417	(3.913.399)	(120.144)	(4.033.543)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽¹⁾		(244.163)				(160.326)			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de Mercado		50.983.760				53.473.091			

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos com característica de concessão de crédito.

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Saldo inicial	1.681.141	1.826.115	1.729.276	3.824.381	4.033.543	4.348.716
Reforço (reversão)	1.037.761	1.298.094	678.496	1.858.185	3.061.043	2.851.932
Provisão mínima requerida	912.553	1.172.886	574.621	1.762.590	2.817.769	2.748.057
Provisão adicional	125.208	125.208	103.875	95.595	243.274	103.875
Baixas para prejuízo	(710.598)	(1.115.905)	(581.657)	(1.530.431)	(2.942.451)	(3.167.105)
Saldo final	2.008.304	2.008.304	1.826.115	4.152.135	4.152.135	4.033.543

g) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.12.2015		31.12.2014	
	Até 1 ano ⁽¹⁾	Total	Até 1 ano ⁽¹⁾	Total
Consolidado				
Até 1 ano ⁽¹⁾	165.984	240.871	181.534	240.871
De 1 a 5 anos	28.291	181.534	194.275	422.405
Total Valor Presente ⁽²⁾	194.275	422.405	194.275	422.405

⁽¹⁾ Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

⁽²⁾ Inclui os títulos e créditos a receber apresentados em "Outros créditos".

h) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	Consolidado		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	203.703	689.431	1.789.437
Arrendamento financeiro	116.201	311.819	596.886
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	12.507	26.456	31.161
Lucro na alienação de bens arrendados	74.995	351.156	1.161.390
Despesas de Arrendamento Mercantil	(180.439)	(623.956)	(1.662.014)
Arrendamento financeiro	(180.439)	(623.956)	(1.662.014)
Total	23.264	65.475	127.423

i) Concentração das Operações de Crédito

	31.12.2015		31.12.2014	
	% da carteira	% da carteira	% da carteira	% da carteira
Banco				
Maior devedor	1.214.226	7,05%	828.085	4,79%
10 Maiores devedores	4.862.267	28,25%	4.281.208	24,76%
20 Maiores devedores	6.513.992	37,84%	5.666.844	32,8%
50 Maiores devedores	9.659.618	56,12%	8.494.305	49,13%
100 Maiores devedores	12.380.846	71,93%	11.081.271	64,09%
Consolidado				
Maior devedor	1.214.226	2,38%	828.085	1,55%
10 Maiores devedores	4.862.267	9,54%	4.281.208	8,01%
20 Maiores devedores	6.513.992	12,89%	5.666.844	10,60%
50 Maiores devedores	9.760.914	19,15%	8.499.982	15,90%
100 Maiores devedores	12.482.182	24,48%	11.123.636	20,80%

j) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Conglomerado apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 100.722 (R\$ 79.431 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 1.292 no segundo semestre de 2015), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 35.265 (R\$ 96.077 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 18.913 no segundo semestre de 2015), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2015 foi constituída provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 7.260 (R\$ 82.599 em 31 de dezembro de 2014), registrados na rubrica Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - no País.

	31.12.2015		31.12.2014	
	Saldo	% da carteira	Saldo	% da carteira
Saldo das coobrigações com cessões de crédito				
Instituições financeiras - Partes relacionadas	1.651.231		1.651.231	
Outras instituições financeiras	—		10.802	
Total	1.651.231		1.662.033	

k) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios para partes relacionadas.

	31.12.2015		31.12.2014	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
BV Financeira FIDC I ⁽²⁾	—	—	105.221	113.245
BV Financeira FIDC VI ⁽²⁾	—	—	337.620	359.652
Instituições financeiras - Partes relacionadas	14.022.485	15.676.940	12.901.199	14.776.872
Ajuste a mercado - Cessões de crédito	—	(8.469)	—	—
Total	14.022.485	15.676.940	13.335.571	15.249.769

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outras obrigações - Diversas - Obrigações de operações vinculadas às cessões.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2014, a BV Financeira possuía 100% das cotas subordinadas dos fundos de investimentos em direitos creditórios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ocorreu a liquidação destes fundos de investimento em direitos creditórios.

No Conglomerado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 4.139.123 (R\$ 3.605.204 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 2.159.099 no segundo semestre de 2015) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 3.027.578 (R\$ 2.484.025 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 1.578.021 no segundo semestre de 2015).

Na controlada BV Financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi realizada venda de operações de crédito vencidos (com atraso maior que 360 dias) no montante de R\$ 872.467 (R\$ 2.004.895 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), sem retenção substancial dos riscos e benefícios. Pela venda foi recebido R\$ 36.885 (R\$ 62.881 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), reconhecido no resultado do período na rubrica de "Receita de operações de crédito - Recuperação de créditos baixados".

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

l) Informações Complementares

	Banco		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Créditos contratados a liberar	425.418	1.085.367	1.569.173	2.093.965
Montante de créditos aditados/renegociados no período	4.679.279	3.674.685	5.248.490	4.245.886
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo ⁽¹⁾	127.827	136.649	683.266	648.060
Garantias prestadas	9.362.459	9.926.804	9.362.459	9.926.804

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada BV Financeira possuía 100% das cotas subordinadas dos fundos de investimento em direitos creditórios descritos a seguir:

	Banco e Consolidado		31.12.2014	
	Saldo	% da carteira	Saldo	% da carteira
Banco e Consolidado				
BV Financeira FIDC I	156.954		156.954	
BV Financeira FIDC II	1.042		1.042	
BV Financeira FIDC VI	465.722		465.722	
Total das aplicações em cotas	623.718		623.718	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreu a liquidação dos fundos de investimento em direitos creditórios.

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 23e)	2.969.396	2.045.125	7.833.099	6.656.862
Devedores por depósitos em garantia (Nota 26c)	274.215	233.405	1.169.861	937.844
Operações com cartão de crédito (Nota 9a)	—	—	769.792	664.446
Títulos e Créditos a Receber - Operação em recuperação judicial homologada	598.745	—	600.882	—
Títulos e créditos a receber	1.111.940	740.623	1.112.904	752.709
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	88.562	67.232	88.562	67.232
Impostos e contribuições a compensar	81.333	51.633	253.918	479.748
Impostos e contribuições a recuperar	—	—	31	15
Prêmios sobre créditos vinculados às operações adquiridas em cessão	19.104	14.724	19.104	14.724
Devedores diversos - no País	54.291	29.333	65.601	80.104
Valores a receber de sociedades ligadas	13.374	13.794	2.668	887
Adiantamentos e antecipações salariais	2.106	2.032	4.030	3.896
Outros	39.349	11.781	51.983	25.803
Total	5.252.415	3.209.682	11.972.435	9.684.270
Ativo circulante	2.278.134	1.256.026	4.601.484	3.360.532
Ativo não circulante	2.974.281	1.953.656	7.370.951	6.323.738

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	2º Semestre/2015	Exercício/2015
Banco e Consolidado				
Outros Créditos				
Câmbio comprado a liquidar	—	—	1.562.382	1.166.906
Direitos sobre vendas de câmbio	—	—	631.864	633.359
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	—	—	(18.200)	(91.337)
Rendás a receber de adiantamentos concedidos	—	—	16.504	23.698
Total	—	—	2.192.550	1.732.626
Ativo circulante	—	—	2.192.550	1.722.135
Ativo não circulante	—	—	—	10.491
Outras Obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	—	—	(623.601)	(665.313)
Obrigações por compras de câmbio</				

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015					
	(Em milhares de Reais, exceto o Lucro Líquido do período por lote de mil ações)					
	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.930.226	12.251.494	8.074.731	10.933.440	20.444.238	17.383.543
Operações de crédito (Nota 9b)	1.487.536	2.703.332	1.920.750	4.256.631	8.247.144	7.879.158
Operações de arrendamento mercantil (Nota 9h)	-	-	-	203.703	689.431	1.789.437
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 7b)	5.235.345	10.198.721	8.222.229	2.692.914	5.007.329	3.634.393
Resultado de instrumentos financeiros derivativos (Nota 7 d.9)	(75.254)	(1.177.472)	(2.247.641)	1.349.366	1.853.342	310.243
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	271.727	507.859	164.895	271.727	507.869	164.830
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 8b)	-	-	278	-	-	278
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 9k)	10.872	19.054	14.220	2.159.099	4.139.123	3.605.204
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.157.246)	(13.501.048)	(8.066.448)	(10.696.283)	(18.888.098)	(14.618.208)
Operações de captação no mercado (Nota 16d)	(6.052.541)	(10.755.746)	(7.017.513)	(6.012.216)	(10.734.458)	(7.248.706)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 17c)	(1.066.944)	(1.440.054)	(370.439)	(1.067.422)	(1.441.063)	(371.531)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 9h)	-	-	-	(180.439)	(623.956)	(1.662.014)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 9k)	-	(7.154)	-	(1.578.021)	(3.027.578)	(2.484.025)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 9f)	(1.037.761)	(1.298.094)	(678.496)	(1.858.185)	(3.061.043)	(2.851.932)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.227.020)	(1.249.554)	8.283	237.157	1.556.140	2.765.335
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	864.356	1.051.652	329.752	(829.188)	(1.800.466)	(2.324.299)
Receitas de prestação de serviços (Nota 20a)	104.888	200.336	231.757	231.612	442.403	464.023
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20b)	459	929	1.669	266.775	518.659	511.154
Despesas de pessoal (Nota 20c)	(183.960)	(391.049)	(440.298)	(580.070)	(1.209.701)	(1.318.061)
Outras despesas administrativas (Nota 20d)	(139.783)	(245.751)	(175.541)	(588.735)	(1.129.361)	(1.111.933)
Despesas tributárias (Nota 20e)	(30.999)	(89.855)	(81.899)	(188.174)	(440.332)	(440.332)
Resultado de participações em controladas (Nota 13a)	536.752	851.138	479.618	78.822	155.873	147.842
Outras receitas operacionais (Nota 20e)	668.141	896.075	439.418	642.094	947.705	550.582
Outras despesas operacionais (Nota 20f)	(91.142)	(170.171)	(124.972)	(691.512)	(1.124.337)	(1.127.574)
RESULTADO OPERACIONAL	(362.664)	(197.902)	338.035	(592.031)	(244.326)	441.036
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(15.079)	(18.162)	67.582	(11.260)	(28.757)	106.172
Receitas não operacionais (Nota 21)	1.192	7.566	94.879	17.635	43.045	155.451
Despesas não operacionais (Nota 21)	(16.271)	(25.728)	(27.297)	(28.895)	(71.802)	(49.279)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	(377.743)	(216.064)	405.617	(603.291)	(273.083)	547.208
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	618.311	775.140	172.897	890.356	935.751	144.918
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS	(26.624)	(77.356)	(76.067)	(73.121)	(180.948)	(189.679)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO	213.944	481.720	502.447	213.944	481.720	502.447
LUCRO POR AÇÃO	-	-	-	-	-	-
Lucro por ações - R\$	2,03	4,57	4,77	2,03	4,57	4,77
Quantidade de ações (lote de mil)	105.391.473	105.391.473	105.391.473	105.391.473	105.391.473	105.391.473

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015					
	(Em milhares de Reais)					
	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados
	Capital realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Legal		
EVENTOS	7.026.841	98.920	372.120	-	(357.199)	7.140.882
Saldos em 31.12.2013	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 22e)	-	-	-	-	30.076	30.076
Integralização de Capital (Nota 22a)	98.920	(98.920)	-	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	502.447
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	25.123	-	(25.123)
Dividendos (Nota 22d)	-	-	-	-	-	(119.331)
Reserva espécies de lucros	-	-	-	-	357.993	(357.993)
Saldos em 31.12.2014	7.125.761	-	372.120	25.123	357.993	7.553.874
Mutações do período	98.920	(98.920)	-	25.123	357.993	413.192
Saldos em 30.06.2015	7.483.754	-	372.120	38.512	-	7.847.066
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 22e)	-	-	-	-	(329.937)	(329.937)
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	213.944
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	10.697	-	(10.697)
Dividendos (Nota 22d)	-	-	-	-	-	(114.409)
Reserva espécies de lucros	-	-	-	-	343.225	(343.225)
Saldos em 31.12.2015	7.483.754	-	372.120	49.209	343.225	7.616.664
Mutações do período	-	-	-	10.697	343.225	(230.402)
Saldos em 31.12.2014	7.125.761	-	372.120	25.123	357.993	7.553.874
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 22e)	-	-	-	-	(304.521)	(304.521)
Aumento de capital (Nota 22a)	357.993	-	-	-	(357.993)	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	481.720
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	24.086	-	(24.086)
Dividendos (Nota 22d)	-	-	-	-	-	(114.409)
Reserva espécies de lucros	-	-	-	-	343.225	(343.225)
Saldos em 31.12.2015	7.483.754	-	372.120	49.209	343.225	7.616.664
Mutações do período	357.993	-	-	24.086	(14.768)	62.790

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015					
	(Em milhares de Reais)					
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Fluxos de caixa provenientes das operações	(377.743)	(216.064)	405.617	(603.291)	(273.083)	547.208
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.421.661)	(2.089.642)	(338.285)	1.078.877	1.313.739	1.247.664
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (Nota 9f)	1.037.761	1.298.094	678.496	1.858.185	3.061.043	2.851.932
Depreciações e amortizações (Nota 20d)	10.842	21.009	14.754	22.284	43.689	35.243
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	307	479	17.263	4.182	4.620	13.330
Resultado de participação em controladas (Nota 13a)	(536.752)	(851.138)	(479.618)	(78.822)	(155.873)	(147.842)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens (Nota 21)	408	6.969	1.790	8.029	19.113	5.025
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens (Nota 21)	14.513	10.604	24.446	13.142	10.722	31.451
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	38.725	83.910	(43.595)	86.280	229.072	194.941
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(129.121)	(200.970)	(100.905)	(150.972)	(234.980)	(109.480)
Receita de juros e variação cambial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(1.721.597)	(2.220.582)	(404.828)	(306.718)	(918.679)	(701.126)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(165.386)	(338.265)	(56.806)	(345.506)	(711.179)	(843.176)
Outras receitas e despesas operacionais	28.515	100.192	105.227	(30.793)	(33.395)	58.017
Outras receitas e despesas não operacionais	-	-	-	-	-	8.600
Outros ajustes	124	56	(32)	(414)	(714)	(284)
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.799.404)	(2.305.706)	67.332	475.586	1.040.656	1.794.872
Variações Patrimoniais	(8.755.583)	(4.956.552)	(3.520.771)	4.389.904	1.883.950	(7.910.230)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.355.581)	(3.012.936)	4.191.826	385.590	(3.736.072)	2.100.100
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(16.824.491)	(15.478.459)	(2.718.435)	(111.270)	(1.993.047)	(966.343)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(10.463)	19.458	95.623	16.624	16.624	89.465
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	24.048	34.973	72.570	24.048	34.973	72.570
(Aumento) Redução em operações de crédito	(244.224)	(528.494)	868.425	491.226	(29.723)	(663.706)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	-	50.419	183.818	500.713
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	(1.958.111)	(1.882.168)	(1.165.104)	(2.153.127)	(1.753.189)	(2.122.227)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(107.302)	(98.288)	36.179	(4.545)	168.197	76.101
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.663)	(91.127)	(469)	(78.131)	(374.608)	(403.260)
(Redução) Aumento em depósitos	(790.501)	460.329	(4.670.419)	(828.036)	395.330	(4.661.532)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	11.684.266	11.665.776	(1.582.101)	4.863.210	4.814.101	(4.467.502)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	1.631.024	2.408.462	380.501	1.631.314	2.408.915	(1.123.799)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	1.074.351	1.234.082	5.152	1.073.259	1.231.431	9.761
(Redução) Aumento em outras obrigações	104.942	296.054	967.307	501.414	3.651.255	(1.826)
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	17.122	15.786	(1.826)	17.122	15.786	(1.826)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(10.554.987)	(7.262.258)	(3.453.439)	4.865.490	2.924.606	(6.115.856)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento	(6.978.652)	(9.747.760)	(6.000.636)	(7.320.615)	(9.072.543)	(8.294.613)
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(230.540)
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(5.639)	(37.054)	(24.500)	(17.943)	(17.958)	(32.481)
(Aquisição) de investimentos	(16.607)	(29.717)	(7.425)	(22.005)	(57.340)	(21.069)
(Aquisição) de intangíveis	(38.717)	(54.067)	(19.389)	(48.106)	(72.123)	(33.480)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	15.306.440	20.631.264	6.863.738	1.938.013	9.719.719	13.188.163
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	-	-	-	1.649.534	1.178.163
Alienação/Redução de investimentos	19.120	2.134.958	2.420	2.420	2.420	192.708
Alienação de imobilizado de uso	6.889	6.891	3.213	8.516	33.552	3.461
Alienação de intangíveis	2.502	4.291	3.096	3.489	5.324	10.957
Alienação de diferidos	4.524	4.536	215	4.524	4.536	26
Juros sobre o capital próprio/Dividendos recebidos	-	164.921	703.090	-	142.615	114.176
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	8.280.740	10.962.425	3.656.360	(5.451.707)	2.337.	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

* continuação

Balanço Patrimonial			
	31.12.2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Banco	14.870.184	(738.015)	14.132.169
Operações de Crédito	15.477.248	(740.526)	14.736.722
Setor privado	(1.31.542)	2.511	(1.129.031)
(Provisão para operações de crédito)	4.315.317	738.015	5.053.332
Outros créditos	2.469.156	740.526	3.209.682
Diversos	(694.573)	(2.511)	(697.084)
(Provisão para outros créditos)			

Consolidado			
	31.12.2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Operações de Crédito	48.461.474	(1.398.959)	47.062.515
Setor privado	37.904.516	(1.404.972)	36.499.544
(Provisão para operações de crédito)	(3.303.091)	6.013	(3.297.078)
Operações de Arrendamento Mercantil	384.656	(10.314)	374.342
Setor privado	420.535	(12.086)	408.449
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(35.879)	1.772	(34.107)
Outros créditos	10.278.838	1.409.273	11.688.111
Diversos	8.267.212	1.417.058	9.684.270
(Provisão para outros créditos)	(694.573)	(7.785)	(702.358)

Demonstração do Resultado			
	Exercício/2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Banco	8.071.884	2.847	8.074.731
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.917.903	2.847	1.920.750
Operações de crédito (Nota 9b)	5.436	2.847	8.283
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	332.599	(2.847)	329.752
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(187.156)	11.615	(175.541)
Outras despesas administrativas (Nota 20d)	451.530	(12.112)	439.418
Outras receitas operacionais (Nota 20e)	(122.622)	(2.350)	(124.972)
Outras despesas operacionais (Nota 20f)			

Consolidado			
	Exercício/2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.870.127	513.416	17.383.543
Operações de crédito (Nota 9b)	7.369.324	509.834	7.879.158
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 9h)	1.785.855	3.582	1.789.437
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(14.618.208)	-	(14.618.208)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 9h)	(1.662.014)	-	(1.662.014)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.251.919	513.416	2.765.335
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.810.883)	(513.416)	(2.324.299)
Outras despesas administrativas (Nota 20d)	(1.130.555)	18.622	(1.111.933)
Outras receitas operacionais (Nota 20e)	584.651	(34.069)	550.582
Outras despesas operacionais (Nota 20f)	(629.605)	(497.969)	(1.127.574)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	106.172	-	106.172
Receitas não operacionais (Nota 21)	179.204	(23.753)	155.451
Despesas não operacionais (Nota 21)	(73.032)	23.753	(49.279)

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
 As políticas contábeis adotadas pelo Banco Votorantim são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado
 Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente
 Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
 As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários
 Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:
 Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
 Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
 A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito).
 Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata die, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.
 As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.
 Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos
 Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (Ajuste de Spread de Crédito). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em: Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período. Não possuímos operações nessa classificação. Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de hedge e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
 As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. Para as operações de atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme a avaliação interna. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 9e). As operações de crédito e arrendamento mercantil, que são objetos de hedge de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito e arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos. O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constituiu provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações - Diversas - Credores Diversos - No País. A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:
 • Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
 • Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

h) Despesas Antecipadas
 São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas. As operações de "Direito de usufruto de ações" foram registradas com base nos recursos pagos referente à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações de outras empresas, a favor do Conglomerado, as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito. Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à origemação de operações de crédito ou arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo. A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à origemação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da origemação.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD
a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
 Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Banco	31.12.2015						31.12.2014				
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	740	851.305	1.647.379	357.526	2.318.136	5.251.918	5.175.086	(76.832)	32.093.363	32.062.126	(31.237)
Títulos Públicos	-	851.305	1.647.379	259.706	2.287.103	5.122.054	5.045.493	(76.561)	2.813.737	2.785.830	(27.907)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	89	541.037	541.145	541.126	(19)	982.303	982.267	(36)
Letras do Tesouro Nacional	-	851.009	1.647.379	35.929	410.368	2.945.833	2.944.685	(1.148)	589.871	583.621	(6.250)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	223.688	1.323.282	1.621.663	1.546.970	(74.693)	1.204.256	1.183.680	(20.576)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	296	-	-	12.416	13.413	12.712	(701)	37.307	36.262	(1.045)
Títulos Privados	740	-	-	97.820	31.033	129.864	129.593	(271)	29.279.626	29.276.296	(3.330)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	29.102.123	29.101.826	(297)
Ações	203	-	-	-	981	52	203	151	52	27	(25)
Eurobonds	-	-	-	-	-	1.842	1.842	(861)	93.075	89.237	(3.838)
Letras Financeiras	-	-	-	97.820	-	97.820	97.820	-	84.376	-	-
Outros	537	-	-	-	30.150	30.589	30.589	439	-	830	830
2 - Títulos Disponíveis para Venda	18.471	60.193	583.836	785.514	32.641.453	34.885.444	34.089.467	(795.977)	14.047.625	13.760.683	(286.942)
Títulos Públicos	-	-	-	143.237	7.449.530	8.039.124	7.592.767	(446.357)	7.296.272	7.256.217	(140.055)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	4.128.851	4.305.392	4.128.851	(176.541)	5.152.475	5.120.913	(31.562)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	142.545	2.301.295	2.648.536	2.443.840	(204.696)	2.230.585	2.122.002	(108.583)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	692	618	1.322	1.310	(12)	13.212	13.302	90
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	1.018.766	1.083.874	1.018.766	(65.108)	-	-	-
Títulos Privados	18.471	60.193	583.836	642.277	25.191.923	26.846.320	26.496.700	(349.620)	6.651.353	6.504.466	(146.887)
Debêntures ⁽¹⁾	-	20.400	352.084	53.001	22.031.256	22.575.050	22.575.050	(118.309)	3.146.049	3.029.375	(116.674)
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	-	30.184	354.891	200.246	636.030	585.321	(50.709)	172.142	171.560	(582)
Ações ⁽³⁾	18.471	-	-	-	20.274	20.274	18.471	(1.803)	80.018	67.697	(12.321)
Cotas de Fundos de Investimentos	-	-	-	-	1.605.595	1.605.595	1.605.595	-	1.378.479	1.378.479	-
Cédulas de produto rural - commodities ⁽⁴⁾	-	25.962	194.444	68.219	85.502	390.383	374.127	(16.256)	619.842	603.536	(16.306)
Eurobonds ⁽⁵⁾	-	13.831	-	39.231	482.929	670.230	535.991	(134.239)	489.152	480.409	(8.743)
Credit Linked Notes	-	-	-	-	220.067	242.451	220.067	(22.384)	306.144	313.737	7.593
Letras Financeiras	-	-	-	126.935	312.077	443.184	439.012	(4.172)	206.358	206.236	(122)
Outros	-	-	7.124	-	254.251	263.123	261.375	(1.748)	253.169	253.347	268
3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	-	3.185.381	3.208.678	3.185.381	(23.297)	2.870.413	2.860.082	(10.331)
Títulos Públicos	-	-	-	-	3.185.381	3.208.678	3.185.381	(23.297)	2.870.413	2.860.082	(10.331)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	2.051.820	2.051.820	2.051.820	(17.696)	1.831.919	1.831.919	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.139.162	1.133.561	1.133.561	(5.601)	1.038.494	1.028.163	(10.331)
Total (1 + 2 + 3)	19.211	911.498	2.231.215	4.328.421	34.959.589	43.346.040	42.449.934	(896.106)	49.011.401	48.682.891	(328.510)

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à origemação de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa. A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente
 Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao

Consolidado	31.12.2015							31.12.2014			
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Vencimento em Dias											
1 - Títulos para negociação	740	851.305	1.647.379	362.346	2.352.893	5.291.493	5.214.663	(76.830)	3.057.691	3.026.422	(31.269)
Títulos Públicos		851.305	1.647.379	264.526	2.321.860	5.161.629	5.085.070	(76.559)	2.879.089	2.851.150	(27.939)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	4.909	575.794	580.720	(4.909)	1.021.095	1.021.025	(70)
Letras do Tesouro Nacional	-	851.009	1.647.379	35.929	410.368	2.945.833	2.944.685	(1.148)	589.869	583.621	(6.248)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	223.688	1.323.282	1.621.663	1.546.970	(74.693)	1.204.256	1.183.680	(20.576)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	296	-	-	12.416	13.413	12.712	(701)	37.307	36.262	(1.045)
Títulos de governos estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	26.562	26.562	-
Títulos Privados	740	-	-	97.820	31.033	129.864	129.593	(271)	178.602	175.272	(3.330)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	1.099	802	(297)
Ações	203	-	-	-	-	52	203	151	52	27	(25)
Eurobonds	-	-	-	-	981	1.842	981	(861)	93.075	89.237	(3.838)
Letras Financeiras	-	-	-	97.820	-	97.820	97.820	-	84.376	84.376	-
Outros	537	-	-	-	30.052	30.150	30.589	439	-	830	830
2 - Títulos Disponíveis para Venda	675.577	489.966	354.007	1.331.746	15.210.027	18.937.776	18.061.323	(876.453)	18.332.563	18.019.453	(313.110)
Títulos Públicos	429.773	-	-	689.469	9.156.738	10.811.150	10.275.980	(535.170)	10.006.293	9.821.838	(184.455)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	200	1.325	1.525	1.525	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	429.773	-	438.343	4.128.851	5.185.339	4.996.967	(188.372)	7.017.558	6.943.354	(74.204)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	4.007.178	4.007.178	4.539.090	4.257.412	(281.678)	2.975.523	2.865.182	(110.341)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	692	618	1.322	1.310	(12)	13.212	13.302	90
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	1.018.766	1.083.874	1.018.766	(65.108)	-	-	-
Títulos Privados	675.577	60.193	354.007	642.277	6.053.289	8.126.626	7.785.343	(341.283)	8.326.270	8.197.615	(128.655)
Debêntures ⁽¹⁾	-	20.400	-	53.001	2.885.596	3.199.560	3.081.252	(118.308)	5.175.086	32.093.375	32.062.126
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	-	30.184	354.891	200.246	636.030	585.321	(50.709)	172.142	171.560	(582)
Ações ⁽³⁾	659.046	-	-	-	1.605.595	1.622.126	1.622.126	6.533	1.113.171	1.119.082	5.911
Cotas de Fundos de Investimentos	16.531	-	-	-	7.026	7.026	7.026	-	1.390.830	1.390.830	-
Cotas de FIDC	-	-	-	-	85.502	390.383	374.127	(16.256)	619.842	603.536	(16.306)
Cédulas de produto rural - commodities ⁽⁴⁾	-	25.962	194.444	68.219	482.929	670.230	535.991	(134.239)	489.152	480.409	(8.743)
Eurobonds ⁽⁵⁾	-	13.831	-	39.231	220.067	242.451	220.067	(22.384)	306.144	313.737	7.593
Credit Linked Notes	-	-	-	-	312.077	443.184	439.012	(4.172)	206.358	206.236	(122)
Letras Financeiras	-	-	7.124	-	254.251	263.123	261.375	(1.748)	253.169	253.437	268
Outros	-	-	-	-	800.118	7.148.481	7.084.905	(63.576)	8.086.836	8.035.227	(51.609)
3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	-	800.118	7.148.481	7.084.905	(63.576)	8.086.836	8.035.227	(51.609)
Títulos Públicos	-	-	-	-	800.118	7.148.481	7.084.905	(63.576)	8.086.836	8.035.227	(51.609)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.133.561	1.962.115	1.933.679	(28.436)	1.847.827	1.828.995	(18.832)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	800.118	1.962.115	1.933.679	-	1.847.827	1.828.995	-
Total (1 + 2 + 3)	676.317	3.060.362	2.001.386	6.259.788	18.363.038	31.377.750	30.360.891	(1.016.859)	29.477.090	29.081.102	(395.988)

O valor de mercado contempla o ajuste prudencial de risco spread de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução nº 4.277/2013, do Banco Central do Brasil.

Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" estão contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação, estas operações estão ajustadas ao valor de mercado (Nota Explicativa 7a.5).

- (1) O valor de custo inclui provisão para perdas no montante de R\$ 75.764 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
 (2) O valor de custo inclui provisão para perdas no montante de R\$ 101.397 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
 (3) O valor de custo inclui provisão para perdas no montante de R\$ 87.444 (R\$ 98.103 em 31 de dezembro de 2014) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários. O valor de mercado das ações representa a cotação divulgada pela BM&FBovespa.
 (4) O valor de mercado das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 7.132 (R\$ 3.337 em 31 de dezembro de 2014) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
 (5) O valor de mercado de Eurobonds considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 58.889 (R\$ 39.374 em 31 de dezembro de 2014) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Banco	31.12.2015							31.12.2014			
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	19.211	911.498	2.231.215	4.328.421	34.959.589	43.346.040	42.449.934	(896.106)	49.011.401	48.682.891	(328.510)
Carteira própria	106.655	1.154.680	631.145	1.713.385	8.662.138	12.746.325	12.268.003	(478.322)	21.713.002	21.450.061	(262.941)
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	1.600.070	2.261.059	23.858.808	27.976.321	27.719.937	(256.384)	25.420.901	25.371.348	(49.553)
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	353.977	2.438.643	2.954.020	2.992.620	(161.400)	2.018.312	2.002.296	(16.016)
Provisão para desvalorização de títulos	(87.444)	(243.182)	-	-	-	(330.626)	(330.626)	-	(140.814)	(140.814)	-
Consolidado	676.317	3.060.362	2.001.386	6.259.788	18.363.038	31.377.750	30.360.891	(1.016.859)	29.477.090	29.081.102	(395.988)
Carteira própria	763.761	3.303.544	432.000	3.657.427	10.097.605	13.522.977	18.254.337	4.731.360	14.727.642	14.525.011	(202.631)
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	1.569.386	2.243.364	5.489.080	14.879.999	9.301.830	(5.578.169)	12.155.703	11.984.855	(170.848)
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	358.997	2.776.353	3.305.400	3.135.500	(170.050)	2.734.559	2.712.050	(22.509)
Provisão para desvalorização de títulos	(87.444)	(243.182)	-	-	-	(330.626)	(330.626)	-	(140.814)	(140.814)	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Banco	31.12.2015					31.12.2014	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	19.211	7.471.134	10.624.029	6.418.478	17.917.082	43.346.040	42.449.934
Títulos para negociação	740	2.856.210	10.624.029	1.118.173	1.317	5.251.918	5.175.086
Títulos Disponíveis para Venda	18.471	1.429.543	9.505.856	5.219.832	17.915.765	34.885.444	34.089.467
Títulos Mantidos até o vencimento	-	3.185.381	-	-	-	3.208.678	3.185.381
Consolidado	676.317	11.321.536	12.684.834	3.981.053	1.697.151	31.377.750	30.360.891
Títulos para negociação	740	2.861.030	1.152.920	1.198.655	1.318	5.291.493	5.214.663
Títulos Disponíveis para Venda	675.577	2.175.719	10.731.796	2.782.398	1.695.833	18.937.776	18.061.323
Títulos Mantidos até o vencimento	-	6.284.787	800.118	-	7.148.481	7.084.905	8.086.836

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

Banco	31.12.2015			31.12.2014		
	Circulante	Valor Contábil Não circulante	Total	Circulante	Valor Contábil Não circulante	Total
Por Carteira	9.832.422	32.640.809	42.473.231	37.350.745	11.342.477	48.693.222
Carteira Própria	4.318.172	5.615.673	9.933.845	15.309.339	6.140.722	21.450.061
Vinculados a compromisso de recompra	4.727.044	25.347.686	30.074.730	21.883.255	3.498.424	25.381.679
Vinculados à prestação de garantias	1.117.832	1.677.450	2.795.282	259.591	1.742.705	2.002.296
Provisão para desvalorização de títulos	(330.626)	-	(330.626)	(101.440)	(39.374)	(140.814)
Consolidado	14.392.133	16.032.334	30.424.467	11.463.256	17.669.455	29.132.711
Carteira própria	10.078.538	8.199.104	18.277.642	6.765.969	7.763.253	14.529.222
Vinculados a compromisso de recompra	3.486.611	5.844.175	9.330.786	4.440.043	7.587.828	12.027.871
Vinculados à prestação de garantias	1.157.610	1.989.055	3.146.665	358.684	2.357.748	2.716.432
Provisão para desvalorização de títulos	(330.626)	-	(330.626)	(101.440)	(39.374)	(140.814)

a.5) Resumo da carteira por categoria

Banco	31.12.2015			31.12.2014		
	1 - Título para Negociação	2 - Títulos Disponíveis para Venda	3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	1 - Título para Negociação	2 - Títulos Disponíveis para Venda	3 - Títulos Mantidos até o Vencimento
Valor contábil da carteira	42.473.231	100%	48.693.222	100%	48.693.222	100%
Marcação a mercado da categoria três	(23.297)		(10.331)			
Valor de mercado da carteira	42.449.934		48.682.891			
Consolidado	14.392.133	16.032.334	30.424.467	11.463.256	17.669.455	29.132.711
Carteira própria	10.078.538	8.199.104	18.277.642	6.765.969	7.763.253	14.529.222
Vinculados a compromisso de recompra	3.486.611	5.844.175	9.330.786	4.440.043	7.587.828	12.027.871
Vinculados à prestação de garantias	1.157.610	1.989.055	3.146.665	358.684	2.357.748	2.716.432
Provisão para desvalorização de títulos	(330.626)	-	(330.626)	(101.440)	(39.374)	(140.814)

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/ 2015</					

continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Despesas de Captações com Depósitos	(296.959)	(546.647)	(842.861)	(269.138)	(496.173)	(800.085)
Depósitos a prazo	(147.836)	(280.412)	(567.704)	(147.436)	(279.689)	(566.339)
Depósitos interfinanceiros	(149.123)	(266.235)	(275.157)	(121.702)	(216.484)	(233.746)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(1.955.711)	(3.558.801)	(2.756.031)	(1.942.916)	(3.587.534)	(2.877.711)
Carteira própria	(1.391.938)	(2.614.456)	(2.402.465)	(1.379.061)	(2.643.036)	(2.604.464)
Carteira de terceiros	(539.960)	(892.328)	(278.228)	(540.042)	(892.481)	(197.909)
Carteira de livre movimentação	(23.813)	(52.017)	(75.338)	(23.813)	(52.017)	(75.338)
Despesas de Captação de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(2.723.274)	(4.779.227)	(2.724.341)	(2.723.565)	(4.779.680)	(2.876.630)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(30.781)	(53.589)	(35.145)	(30.781)	(53.589)	(35.145)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(183.747)	(340.160)	(259.336)	(183.747)	(340.160)	(259.336)
Letras financeiras	(1.217.096)	(2.270.854)	(1.750.773)	(1.217.096)	(2.270.854)	(1.750.773)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(1.287.460)	(2.105.269)	(667.618)	(1.287.460)	(2.105.269)	(667.618)
Debêntures	-	-	-	(291)	(453)	(152.289)
Certificado de Operações Estruturadas	-	(1.697)	(1.902)	-	(1.697)	(1.902)
Outras	(4.190)	(7.658)	(9.567)	(4.190)	(7.658)	(9.567)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(1.076.597)	(1.871.071)	(694.280)	(1.076.597)	(1.871.071)	(694.280)
Total	(6.052.541)	(10.755.746)	(7.017.513)	(6.012.216)	(10.734.458)	(7.248.706)

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Obrigações por Empréstimos

	Banco e Consolidado			Banco e Consolidado		
	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.12.2015	31.12.2014
No País	-	-	-	-	-	3.818
Em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	3.818
No exterior	1.521.840	2.569.124	58.906	78.105	4.227.975	2.871.649
Tomados junto a banqueiros no exterior	1.458.415	2.547.832	58.906	78.105	4.143.258	2.586.944
Exportação	53.298	19.470	-	-	72.768	240.923
Importação	10.127	1.822	-	-	11.949	43.782
Total	1.521.840	2.569.124	58.906	78.105	4.227.975	2.875.467
Passivo circulante	-	-	-	-	4.090.964	2.875.467
Passivo não circulante	-	-	-	-	137.011	-

b) Obrigações por Repasses Do País - Instituições Oficiais

	Programas	Taxas de Atualização	Banco		Consolidado	
			31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Tesouro Nacional	Pré-fixado	de 5,5% a 6,5% a.a.	77.688	110.572	77.688	110.572
Pós-fixado	Selic		77.069	110.450	77.069	110.450
BNDES	Pré-fixado	de 0,70% a.a. a 9,50% a.a.	1.581.840	2.062.310	1.581.840	2.062.310
Pós-fixado		de 7,02% a.a. a 10,01% a.a. + IPCA de 0,50% a.a. a 4,00% a.a. + TJLP de 1,70% a.a. a 2,50% a.a. + Selic de 1,30% a.a. a 3,00% a.a. + variação cambial	568.262	778.288	568.262	778.288
Com variação cambial			934.406	1.199.948	934.406	1.199.948
FINAME	Pré-fixado	de 0,30% a.a. a 15,21% a.a.	1.995.448	1.600.520	2.005.705	1.613.428
Pós-fixado		de 0,50% a.a. a 5,50% a.a. + TJLP de 1,70% a.a. a 1,96% a.a. + SELIC 1,70% a.a. + variação cambial	1.899.988	1.468.144	1.910.245	1.481.052
Com variação cambial			900	-	900	-
Total			3.654.976	3.773.402	3.665.233	3.786.310
Passivo circulante			877.357	1.307.997	878.211	1.308.929
Passivo não circulante			2.777.619	2.465.405	2.787.022	2.477.381

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Resultado de Obrigações por Empréstimos	(29.638)	(48.189)	(18.449)	(29.638)	(48.189)	(18.449)
Resultado de Obrigações por Repasses	(114.466)	(221.952)	(208.944)	(114.944)	(222.961)	(210.039)
Tesouro Nacional	(3.138)	(6.133)	(8.081)	(3.138)	(6.133)	(8.081)
BNDES	(79.123)	(156.344)	(145.389)	(79.123)	(156.344)	(145.389)
FINAME	(32.205)	(59.475)	(55.474)	(32.683)	(60.484)	(56.566)
Resultado de Obrigações com banqueiros no Exterior⁽¹⁾	(922.840)	(1.169.913)	(143.046)	(922.840)	(1.169.913)	(143.046)
Total	(1.066.944)	(1,440.054)	(370.439)	(1,067.422)	(1,441.063)	(371.531)

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

18. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	Banco		Consolidado	
						31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Captações									
Debêntures									
Pós-fixado	R\$	38	100,00% do DI	abril/11	abril/16	-	-	571	118
Letras de Crédito Imobiliário									
Pré-fixado	R\$	13.782	11,85% a 14,82% a.a.	novembro/14	agosto/18	389.439	400.866	389.439	400.866
Pós-fixado	R\$	343.607	89,00% a 100,00% do DI	abril/14	agosto/19	367.118	398.832	367.118	398.832
Pós-fixado	R\$	7.035	4,93% a 6,27% a.a. + IPCA	fevereiro/15	setembro/18	7.509	-	7.509	-
Letras de Crédito do Agronegócio									
Pré-fixado	R\$	90.525	11,76% a 16,31% a.a.	fevereiro/14	janeiro/21	3.175.519	2.853.925	3.175.519	2.853.925
Pós-fixado	R\$	2.831.633	87,00% a 98,50% a.a. do DI	dezembro/07	fevereiro/22	94.434	3.563	94.434	3.563
Pós-fixado	R\$	43.653	4,62% a 6,52% a.a. + IPCA	fevereiro/15	dezembro/18	3.035.283	2.850.362	3.035.283	2.850.362
Letras Financeiras									
Pré-fixado	R\$	333.650	9,21% a 17,94% a.a.	agosto/12	fevereiro/24	13.633.973	13.011.497	13.633.973	13.011.497
Pós-fixado	R\$	10.977.889	104,00% a 112,02% do DI	junho/11	abril/19	391.883	794.704	391.883	794.704
Pós-fixado	R\$	370.019	3,17% a 8,31% a.a. + IPCA	janeiro/12	setembro/21	12.746.766	11.761.239	12.746.766	11.761.239
Pós-fixado	R\$	10.000	5,78% a.a. + IGPM	junho/14	junho/16	483.191	404.010	483.191	404.010
Pós-fixado	R\$	30.000	109,30% da Selic	abril/12	abril/15	12.133	12.836	12.133	12.836
Operações estruturadas									
Pré-fixado	R\$	30.378	11,25% a.a.	junho/14	junho/15	-	32.280	-	32.280
Obrigações por TVM no Exterior									
Pré-fixado	R\$	822.327	6,25% a 19,77% a.a.	outubro/09	julho/20	8.123.303	6.615.204	8.123.303	6.615.204
Pós-fixado	R\$	10.735	91,25% a 101,40% do DI	fevereiro/12	fevereiro/17	1.158.483	1.104.487	1.158.483	1.104.487
Com variação cambial	USD	1.196.861	0,50% a 6,60% a.a. + variação cambial	setembro/06	junho/20	11.272	3.103	11.272	3.103
Com variação cambial	EUR	1.205	No Coupon + variação cambial	novembro/15	junho/16	6.948.425	5.503.150	6.948.425	5.503.150
Total						25.322.234	22.913.772	25.322.805	22.913.890
Passivo circulante						15.482.515	10.741.267	15.483.086	10.741.385
Passivo não circulante						9.839.719	12.172.505	9.839.719	12.172.505

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e Previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Obrigações legais (Nota 26d)	6.882	1.255	9.686	1.914
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar ⁽¹⁾	143.446	131.292	515.597	471.788
Provisão para demandas fiscais ⁽¹⁾ (Nota 26a)	2.710	2.577	45.724	71.557
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	25.716	53.022	257.787	473.073
Impostos e contribuições a recolher	39.445	49.511	80.660	79.512
Passivo fiscal diferido (Nota 23d)	79.308	63.072	258.671	334.769
Total	297.507	300.729	1.168.125	1.432.613
Passivo circulante	145.136	112.490	595.021	692.147
Passivo não circulante	152.371	188.239	573.104	740.466

⁽¹⁾ Em agosto de 2014 foram incluídos no anexo da Receita Federal, proveniente da reabertura da Lei nº 11.941/2009, os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS depositados judicialmente. Foi protocolada a desistência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.

b) Dívidas Subordinadas

	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	Banco e Consolidado	
					31.12.2015	31.12.2014
Captações Nota Subordinada					3.652.280	3.381.863
Com variação cambial	USD 841.988	7,38% a.a. + variação cambial	janeiro/13	janeiro/20	3.652.280	3.381.863
Letras Financeiras Subordinadas					2.393.656	2.423.385
Pré-fixado	5.310	de 15,62% a 17,63% a.a. + CDI de 1,28% a 1,91% a.a. + CDI de 11,00% a 119,00% do DI	agosto/15	agosto/22	5.588	-
Pós-fixado	1.470.500	de 6,60% a 7,57% a.a. + IGPM	novembro/10	novembro/22	1.506.957	1.601.599
Pós-fixado	187.200	de 7,00% a 9,31% a.a. + IPCA	maio/11	outubro/17	318.754	264.098
Pós-fixado	336.681		maio/11	setembro/22	562.387	557.688
Total					6.045.936	5.805.248
Passivo circulante					576.404	-
Passivo não circulante					5.469.532	5.805.248

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	Banco e Consolidado	
					31.12.2015	31.12.2014
Captações Letras Financeiras Subordinadas					881.642	434.290
Pós-fixado	432.431	de 1,72% a 2,16% a.a. + CDI	janeiro/14	julho/22	530.061	355.516
Pós-fixado	255.092	de 11,00% a 119,00% do DI	novembro/13	maio/30	312.899	78.774
Pré-fixado	35.000	de 7,32% a 8,63% a.a. + IPCA de 14,52% a.a. a 15,11% a.a.	abril/13	maio/22	38.772	-
Total					881.642	434.290

d) Diversas

	Banco		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Obrigações de operações vinculadas a cessões ⁽¹⁾	-			

continuação **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (Em milhares de Reais)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Resultado antes dos tributos e participações	(377.743)	(216.064)	405.617	(603.291)	(273.083)	547.208
Encargos sobre JCP	169.984	97.229	(162.247)	271.481	122.888	(218.883)
Resultado de participação em controladas	241.538	383.012	191.847	31.500	31.500	44.158
Participação de empregados no lucro	11.980	34.810	30.425	35.470	70.143	59.134
Outros Valores (a)	194.809	260.089	112.872	519.001	629.793	184.637
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	618.311	775.140	172.897	890.356	935.751	144.918
(1) A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.						
(2) Inclui, no 2º semestre de 2015, o montante de R\$ 85.578 (Individual) e R\$ 425.642 (Consolidado) relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).						

c) Despesas Tributárias

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Cofins	(19.147)	(61.635)	(48.243)	(123.812)	(274.263)	(277.430)
ISSQN	(5.709)	(11.161)	(11.729)	(22.933)	(47.331)	(45.631)
PIS	(3.157)	(10.138)	(8.531)	(20.199)	(44.786)	(45.907)
Outras	(2.986)	(6.921)	(13.396)	(21.230)	(35.327)	(71.364)
Total	(30.999)	(89.855)	(81.899)	(188.174)	(401.707)	(440.332)

d) Passivo Fiscal Diferido

	Banco		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil		-	15.179	125.808
Marcação a mercado	79.308	63.072	243.492	208.961
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	79.308	63.072	258.671	334.769
Imposto de Renda	44.060	39.420	150.452	256.409
Contribuição Social	35.248	23.652	108.219	78.360

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	Banco		Consolidado	
	31.12.2014	Exercício/2015	31.12.2015	31.12.2015
Saldo	1.633.973	938.991	1.633.973	2.572.964
Movimentação Líquida no Período (a)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	890.007	512.929	1.402.936	
Provisões Passivas	343.479	56.922	400.401	
Marcação a mercado (a)	-	388.769	364.019	752.788
Outras provisões	-	11.718	5.121	16.833
Prejuízo Fiscal/Base negativa de CSLL	411.152	411.152	411.152	396.432
Total dos Créditos Tributários Ativos	2.045.125	1.760.870	2.045.125	2.969.396
Imposto de Renda	1.276.637	1.085.972	1.485.704	1.762.341
Contribuição Social	768.488	674.898	438.567	1.207.055

Consolidado

	Banco		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Diferenças temporárias	5.405.751	1.260.737	6.666.488	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.846.459	754.151	4.600.610	
Provisões Passivas	952.200	88.819	1.041.019	
Marcação a mercado (a)	585.901	412.132	998.033	
Outras provisões	21.191	5.635	26.826	
Prejuízo Fiscal/Base negativa de CSLL	1.251.111	(84.500)	1.166.611	
Total dos Créditos Tributários Ativos	6.656.862	1.176.237	7.833.099	
Imposto de Renda	4.354.834	417.595	4.772.429	
Contribuição Social	2.302.028	758.642	3.060.670	

(a) A parcela de R\$ 275.875 (do total de R\$ 752.788) e R\$ 314.679 (do total de R\$ 998.033) corresponde ao crédito tributário decorrente de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de Patrimônio Líquido. Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrados em conta de Patrimônio Líquido, no exercício de 2015, são de R\$ 116.423 (Banco Votorantim) e de R\$ 103.057 (Consolidado).

(b) Inclui, no 2º semestre de 2015, o montante de R\$ 425.642 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

Não Ativo

	Banco		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Crédito Tributário no exterior	1.027	698	11.855	10.483
Total dos Créditos Tributários não Ativos	1.027	698	11.855	10.483
Imposto de Renda	645	436	7.409	6.552
Contribuição Social	385	262	4.446	3.931

Programa de Recuperação Fiscal - REFI5 - 2014

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2016	1.116.346	1.027.047	2.481.301	2.282.815
Em 2017	249.044	210.241	1.220.256	1.030.132
Em 2018	287.426	222.371	1.005.850	778.190
Em 2019	252.914	177.799	895.972	629.801
Em 2020	345.744	221.100	1.037.703	663.601
A partir de 2021	717.922	319.913	1.192.117	511.301
Total de Créditos Tributários	2.969.396	2.178.471	7.833.099	5.895.840

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 264.580 (R\$ 249.828 em 2014), correspondente a 79% (98% em 2014) da respectiva projeção de utilização para o período de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2014.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)
Em 2016	6%	42%	7%	34%
Em 2017	6%	10%	10%	16%
Em 2018	9%	10%	13%	13%
Em 2019	18%	7%	30%	10%
Em 2020	4%	13%	10%	14%
A partir de 2021	63%	19%	30%	13%

(a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

(b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);

f) Programa de Recuperação Fiscal - REFI5 - 2014

(i) Lei 12.865/13 e Lei 12.996/14

Com a publicação da Lei 12.865/13, em outubro de 2013, ficou instituído o programa de parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras e vencidos até 31 de dezembro de 2013. O prazo para adesão informado pela referida norma encerrava-se em julho de 2014.

Com a publicação da Lei 12.996/14, houve a reabertura do programa de parcelamento estabelecido pela Lei 11.941/09, para, entre outros, de débitos relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para com a Fazenda Nacional, relativos a quaisquer tributos vencidos até 31 de dezembro de 2013. O prazo para adesão informado pela referida norma encerrava-se em agosto de 2014.

Com base no programa de parcelamento proposto pelo Governo Federal, a Companhia decidiu:

(a) Em julho de 2014, aderir ao REFI5, na modalidade de pagamento à vista para os débitos de COFINS oriundos de sua controlada BV Financeira, aplicando-se a redução de 100% das multas de mora, ofício ou isoladas, dos juros de mora e do encargo legal. O valor pago na adesão a este programa foi de R\$ 13.936, sendo 100% do valor pago com desembolso de caixa da Companhia, com registro na despesa de obrigações tributárias;

(b) Em agosto de 2014, aderir ao programa, na modalidade de pagamento com depósito judicial, para os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS, no Banco Votorantim e em suas controladas BV Financeira e Votorantim CTVM. Foi protocolada a existência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar. O valor ora reclassificado será atualizado pela taxa SELIC até a data da efetiva conversão do depósito;

(c) Em agosto de 2014, aderir ao programa, na modalidade de pagamento à vista para os débitos de IRPJ/CSLL sobre a desmaturização da CETIP oriundos de suas controladas Votorantim CTVM e Votorantim ASSET, aplicando-se a redução de multas de mora, ofício ou isoladas, dos juros de mora e do encargo legal.

A situação permanece inalterada até que os valores sejam analisados pela Receita Federal do Brasil.

24. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	Consolidado		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Honorários e Pró labore	9.710	18.479	16.367
Gratificações	550	26.012	21.406
Encargos sociais	2.966	13.282	11.086
Total	13.226	57.773	48.859

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal-Chave da Administração.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal-Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com o Conglomerado Votorantim Participações, sendo deste as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A. que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta-corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há também contratos de prestação de serviços. Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Banco Votorantim efetuou a venda de títulos e valores mobiliários (ações de companhias fechadas) classificadas na categoria disponível para venda, para a controlada BV Financeira, apurando resultado não realizado líquido de impostos e contribuições no valor de R\$ 27.630, eliminado no processo de consolidação do conglomerado financeiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 10.079.565 (R\$ 10.268.449 em 31 de dezembro de 2014). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

	31.12.2015					
	Conglomerado Banco do Brasil		Controladas não financeiras (a)		Pessoal-chave da Administração (b)	
	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras (a)	Controladas não financeiras (b)	Pessoal-chave da Administração (b)	Outras (c)	Total
Ativos						
Disponibilidades	380	-	-	-	-	380
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	9.197.180	-	21.113.149	-	-	30.310.329
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	486	10.981	19.377.069	-	994.974	20.383.510
Outros créditos	4.364	18.345	113.473	34	1.292	137.740
Passivos						
Depósitos à vista	(136)	(1.028)	(5.869)	(379)	(81)	(7.493)
Depósitos a prazo	(619)	(23.710)	(6.928)	(254.757)	(23)	(285.037)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(427.030)	-	-	(427.030)
Obrigações por operações compromissadas	(106.738)	(838.137)	(6.854.290)	-	(1.663)	(7.800.828)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(66.475)	(422.855)	-	-	(19.132)	(508.462)
Obrigações por empréstimos e repasses	(374.965)	-	-	-	-	(374.965)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.576)	(1.868)	(9.976.718)	-	-	(9.994.162)
Outras obrigações	(15.762.580)	-	(35.125)	(12)	-	(15.797.717)
Resultado						
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	576.474	11.331	1.991.885	-	13	2.663.666
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(21.762)	(56.256)	(185.385)	(23.818)	(1.092)	(288.313)
Exercício/2015						
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	1.101.975	18.235	3.643.239	-	65	4.916.503
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(27.458)	(95.200)	(211.540)	(34.318)	(1.963)	(370.479)
31.12.2014						
Conglomerado Banco do Brasil						
Conglomerado Votorantim						
Controladas financeiras (a)						
Controladas não financeiras (b)						
Pessoal-chave da Administração (b)						
Outras (c)						
Total						

	31.12.2015					
	Conglomerado Banco do Brasil		Controladas não financeiras (a)		Pessoal-chave da Administração (b)	
	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras (a)	Controladas não financeiras (b)	Pessoal-chave da Administração (b)	Outras (c)	Total
Ativos						
Disponibilidades	95.825	-	-	-	-	95.825
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	3.535.010	-	23.532.121	-	-	27.067.131
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	9.914	29.104.800	-	1.460.047	30.574.761
Outros créditos	23.881	2.706	38.808	9	701	66.105
Passivos						
Depósitos à vista	(18)	(174)	(6.357)	(84)	(159)	(6.997)
Depósitos a prazo	-	(6.311)	(5.204)	(231.999)	(512)	(244.026)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(388.232)	-	-	(388.232)
Obrigações por operações compromissadas	(1.842)	(324.090)	(214)	-	(22)	(326.366)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(7.246)	-	-	-	(15,019)	(15,019)
Obrigações por empréstimos e repasses	(87.154)	-	-	-	-	(87,246)
Instrumentos financeiros derivativos	(87.154)	(9.857)	(23.357.150)	-	-	(23,454,161)
Outras obrigações	(14.791.725)	-	(1.363)	-	(472.897)	(15,265,985)
Resultado						
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	1.392.691	155.011	3.064.732	-	261	168.978
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(10.112)	(34.114)	(61.439)	(37,142)	(3,031)	(696,838)

(a) Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 3 identificadas no item (b). Não inclui operações entre as controladas financeiras.

(b) Inclui BV Promotora S.A. (atual denominação da BVIP - BV Investimentos e Participações S.A.), BVIA - BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A.

(c) Conselho de Administração, Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal-chave, bem como todas as empresas em que o pessoal-chave possui participação.

(d) Em 2015, inclui BVIA FIP, FIDCs I e VI; e para 2014, inclui BVIA FIP, FIDC I, II e VI.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Praz

→ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

- c) Risco de Liquidez**
O risco de liquidez é definido pela:
- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
 - Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco Operacional
Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de Mercado
Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

f) Gerenciamento de Capital
Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.
Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a Instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a Instituição elabora, anualmente, um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos. Mensalmente, após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) respectivamente.

Destaca-se, que a partir de outubro de 2013, passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Financeiro, e o Conglomerado Prudencial a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Para fins de comparação, são apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia tanto para o Conglomerado Financeiro quanto para o Conglomerado Prudencial.

Índice de Basileia

PR - Patrimônio de Referência

Nível I

Capital Principal

Patrimônio Líquido
Ajustes Prudenciais
Ativos diferidos
Outros
Ajustes ao valor de mercado

Nível II

Dividas Subordinadas Elegíveis a Capital
Dividas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013
Dividas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 ^{(1) (2)}
Recursos captados no exterior
Recursos captados com CDB
Recursos captados com Letras Financeiras

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Risco de Crédito (RWACPAD)
Risco de Mercado (RWAMPAD)
Risco Operacional (RWAOPAD)

Patrimônio de Referência Mínimo Requerido ⁽³⁾

Capital Principal Mínimo Requerido ⁽⁴⁾

Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido ⁽⁵⁾

PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)

Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido

Margem sobre o Capital Mínimo Requerido

Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido

Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBAN

Índice de Capital Principal (CP/RWA)

Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)

Índice de Basileia (PR/RWA)

	31.12.2015	31.12.2014
Prudencial	10.742.263	10.742.263
Financeiro	6.686.016	6.686.016
	7.159.443	7.159.443
	7.616.664	7.616.664
	(930.648)	(930.648)
	(14.767)	(14.767)
	(913.229)	(913.229)
	(2.652)	(2.652)
	4.056.247	4.056.247
	4.056.247	4.056.247
	834.046	834.046
	3.222.201	3.222.201
	1.884.476	1.884.476
	272.451	272.451
	1.065.274	1.065.274
	70.549.049	71.279.212
	62.926.270	62.882.967
	2.842.895	2.842.895
	4.779.884	5.553.350
	7.760.395	7.840.713
	3.174.707	3.207.565
	4.232.943	4.276.753
		75.374.854
		67.931.827
		3.255.044
		4.187.983
		8.291.234
		3.391.868
		4.145.617

	392.989	–	231.291
	2.981.867	2.901.550	2.985.016
	3.511.308	3.478.451	3.767.576
	2.453.073	2.409.263	3.013.827
	2.588.879	–	2.753.725
	9,48%	9,38%	9,50%
	9,48%	9,38%	9,50%
	15,23%	15,07%	14,96%

- Os Instrumentos autorizados pelo BACEN a compor o PR conforme Resolução CMN nº 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31/12/2012.
- Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31/12/2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 10%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.192/2013.
- Corresponde à aplicação do fator “F” ao montante de RWA, sendo “F” igual a:
 - 11% do RWA, de 01/10/2013 a 31.12.2015.
 - 9,875% do RWA, de 01/01/2016 a 31/12/2016.
 - 9,25% do RWA, de 01/01/2017 a 31/12/2017.
 - 8,625% do RWA, de 01/01/2018 a 31/12/2018.
 - 8% do RWA, a partir de 01/01/2019.
- Representa o mínimo de 4,5% do RWA.
- Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01/10/2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01/01/2015.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis
Ajuste Prudencial VII - Créditos Tributários de Diferença Temporária
Ajuste Prudencial VIII - Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa
Ajuste Prudencial IX - Ativos Diferidos
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13

Total Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 4,68% em 31 de dezembro de 2015, sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 2.669/1999.

Em 31 de dezembro de 2014, o índice de imobilização foi apurado a partir de Conglomerado Financeiro totalizando 4,00%.

Limite de imobilização

Limite para imobilização

Valor da situação para o limite de imobilização

Valor da margem ou insuficiência

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no **website**: www.bancovotorantim.com.br/ri.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (financial covenants). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2015, o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e COFINS; dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014.

c) Lei 13.097/2015 (Medida Provisória nº 656/2014)

A Lei 13.097, de 20/01/2015 (conversão da MP 656/2014), alterou os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07/10/2014, prevalecem os limites anteriores.

d) Informações de filiais e controladas no exterior

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo	9.332.919	6.166.704
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	9.234.863	6.062.976
Outras controladas	98.056	103.728
Total do Ativo	9.332.919	6.166.704
Passivo	(7.891.914)	(5.078.072)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	(7.878.700)	(5.043.128)
Outras controladas	(13.214)	(34.944)
Patrimônio líquido	(1.441.005)	(1.088.632)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	(1.356.163)	(1.019.848)
Outras controladas	(84.842)	(68.784)
Total do Passivo	(9.332.919)	(6.166.704)
	2º Semestre/2015	Exercício/2015
Lucro/(Prejuízo)	22.119	63.495
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	26.354	66.959
Outras controladas	(4.235)	(3.464)
		Exercício/2014
		(10.294)
		7.427
		(17.721)

e) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

f) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Dividendos

Em 20 de janeiro de 2016, a Administração aprovou a proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a ser encaminhada nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias, que inclui a distribuição de dividendos obrigatórios das controladas BV Financeira no montante de R\$ 120.374, Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários no montante de R\$ 1.597 e a Votorantim Corretora de Seguros no montante de R\$ 37.315.

A DIRETORIA

Alexei de Bona - Contador - PR-036459/O-3

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEGUNDO SEMESTRE DE 2015

A Auditoria Interna tem como missão prover os acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos, a adequação dos controles e cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades exercidas no período

No intuito de cumprir suas atribuições e em atendimento ao previsto em seu Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Administração em 11/11/2014, o Comitê de Auditoria realizou 52 reuniões no período (o regimento prevê no mínimo 6), consideradas as reuniões ordinárias e aquelas realizadas com os representantes da alta direção, com as auditorias interna e externa, órgãos externos de fiscalização e com os principais responsáveis pelas áreas de negócios e controles.
Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis, controles internos, áreas de negócio e produtos, operações, **compliance**, contingências judiciais e administrativas, tecnologia da informação, gestão de riscos, recomendações de auditoria interna e externa e órgãos externos de fiscalização. Nas reuniões com a auditoria interna, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no período, as principais constatações e recomendações. Com a auditoria externa acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o Relatório referente à Circular 3.467.

Com objetivo de reduzir a subjetividade das avaliações das auditorias, Interna e Externa, revisou e aperfeiçoou o processo de avaliação mediante aplicação de instrumentos formais.

Não identificou erros ou fraudes avaliados como passíveis de comunicação ao Banco Central, conforme Artigo 23 da Resolução 3.198.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas (Conglomerado Financeiro) acima

Examinou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os principais ativos, passivos, patrimônio líquido, resultado e notas explicativas no padrão BRGAAP, as práticas contábeis adotadas e conheceu o teor do parecer emitido pela auditoria externa. Nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades que desenvolveu no período e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- O Sistema de Controles Internos continuou a evoluir no semestre e não identificou, no período, fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo.
- a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos e os documentos analisados, desempenha suas funções de forma independente e satisfatória.
- a Auditoria Externa - KPMG Auditores Independentes - realizou seus trabalhos com efetividade e não foram identificadas ocorrências que comprometessem a sua independência.
- as demonstrações contábeis do segundo semestre de 2015 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no País e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e suas Controladas.

São Paulo-SP, 16 de Fevereiro de 2016

José Danúbio Rozo Coordenador	Armando Wolfrid Membro
Andre Luis Duarte de Oliveira Membro	Alvaro Jorge Fontes de Azevedo Membro
Ricardo Abrahão Fajnzylber Membro	

referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidada (Conglomerado Financeiro) do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Instituição. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes

CRC 25P014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto

Contador CRC 1SP167455/O-0